



Estratégia  
Concursos

**25° SIMULADO**

**TJ RJ**

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA**

**PÓS-EDITAL**

# Simulado Especial

## 25º Simulado TJ-RJ – Técnico de Atividade Judiciária

Nome:

---

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-27-09>**

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

## PORTUGUÊS

Carlos Roberto

**Leia o texto a seguir para responder às questões 1, 2, 3 e 4.**

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, até o canário ficou mudo. Não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam. Ficava só, sem o perdão de sua presença, última luz na varanda, a todas as aflições do dia.

Sentia falta da pequena briga pelo sal no tomate — meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa. Calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolha? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor.

(Dalton Trevisan)

**01.** Sobre o texto de Dalton Trevisan, não é motivo para o apelo feito pelo homem o seguinte trecho:

- a) "Meu jeito de querer bem".
- b) "Não tenho botão na camisa".
- c) "Calço a meia furada".
- d) "Que fim levou o saca-rolha?".
- e) "a pilha de jornais ali no chão"

**02.** Dizer que conversar com os outros era como "bocas raivosas mastigando", significa que:

- a) estavam se alimentando enquanto comiam.
- b) eles estavam absolutamente nervosos.
- c) o movimento de falar parece com o movimento de comer raivosamente.
- d) conversar com os outros perdeu o sentido.
- e) o narrador não entendia o que os outros diziam.

**03.** Ainda sobre o trecho "bocas raivosas mastigando" há uma oração reduzida de gerúndio que, se desenvolvida, ficaria assim:

- a) bocas raivosas que permaneciam mastigando.

- b) bocas raivas que mastigavam.
- c) bocas raivas que mastigaram.
- d) bocas raivas se mastigavam.
- e) bocas raivas que pensavam mastigar.

**04.** No trecho "Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho", o uso dos dois pontos caracteriza:

- a) introdução de fala.
- b) trecho em variação de linguagem distinta.
- c) uma explicação.
- d) uma retificação.
- e) uma ratificação.

**Leia o texto a seguir para responder às questões 5 e 6.**

"A humanidade tomou o caminho errado: estamos adoecendo rápido e coletivamente", disse o médico psiquiatra, professor e escritor brasileiro Augusto Cury. E não foi agora por causa da pandemia de coronavírus não. Esse pensamento do escritor foi dito em 2017.

Mas ele está errado ou a humanidade está mesmo doente? Guerras civis, violência, terrorismo, tráfico de pessoas e de animais, homicídios, depressão, suicídio. Estamos adoecendo não só no corpo físico, mas também na saúde mental e espiritual.

E o novo coronavírus veio para nos mostrar como a humanidade funciona. Uma pandemia que colocou em alerta todos os países do globo boa parte da população em casa. Não é a única, já aconteceram outras, sabemos. Mas essa é uma pandemia que alcançou mais países e ainda não há cura.

"O planeta ficou doente porque está com a humanidade baixa". Vi nas redes sociais essa frase que parece piada, mas acho bastante séria. Acredito que nossa humanidade está realmente baixa, e por isso vivemos num planeta doente — individualmente, socialmente e ecologicamente. Estamos desconectados de nós mesmos, das pessoas à nossa volta, do nosso ambiente, do nosso planeta. Estamos desumanizados", opina Sandra Caselato. Em seu texto "Injeção de humanidade para enfrentar o coronavírus" publicado pelo portal UOL, a especialista em comunicação traz à tona o pensar psicológico da situação.

(...)"

Trecho de Adriana Tanese Nogueira.  
<https://gazetanews.com/a-humanidade-adoece/>

**05.** Sobre o texto acima, pode-se afirmar que:

- a) No primeiro parágrafo, a autora usa uma citação para comprovar dados que são apresentados no parágrafo seguinte.
- b) A pergunta "mas ele está errado ou a humanidade está mesmo doente?" do início do primeiro parágrafo não foi respondida.
- c) Em "Estamos adoecendo não só no corpo físico, mas também na saúde mental e espiritual" o "mas também" pode ser substituído somente pelo "mas".
- d) No terceiro parágrafo, há diálogo com o texto 3, pois ambos falam sobre o grande cuidado com o planeta.
- e. Houve erro de sinal de indicativo de crase em " das pessoas à nossa volta", pois não há crase antes de pronome possessivo.

**06.** Todas as palavras a seguir, retiradas do **texto**, são acentuadas pelo mesmo motivo, exceto:

- a) rápido.
- b) médico.
- c) tráfico.
- d) físico.
- e) violência.

**07.** No trecho abaixo, a coerência e o sentido seriam mantidos se a conjunção "mas" fosse substituída por

"A decisão é unânime, mas não me calarei diante dos fatos."

- a) embora.
- b) logo.
- c) porque.
- d) todavia.
- e) portanto.

**08.** Considere o texto abaixo para responder à questão.

Perdeu-se a antiga privacidade, enterramos a antiga privacidade sob os conectores modernos, tornamos esses conectores modernos nossos deuses implacáveis, sob o comando desses conectores

modernos trocamos escandalosamente todas as informações mais pessoais.

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- a) enterramo-la – tornamo-los – sob cujo comando
- b) enterramos-lhe – tornamo-lhes – sob cujo comando
- c) enterramo-la – os tornamos – sob o qual comando
- d) a enterramos – tornamos-lhes – sob o comando deles
- e) enterramo-lhe – lhes tornamos – sob o comando dos quais

**09.** Quanto ao emprego do sinal indicativo de crase, respeitado o padrão culto escrito, a única alternativa correta é:

- a) Essa foi uma estratégia que serviu ao Brasil e a maioria dos países inseridos na turma dos remediados.
- b) O estudo dá ênfase à educação e às telecomunicações, ajudando à entender por que o Brasil cresce pouco em comparação à outras nações de economia emergente.
- c) O país tem de fazer a transição à um sistema que premie o desempenho de professores e que garanta à todos os alunos talentosos resultados de excelência em exames internacionais.
- d) Vimos uma estratégia equivocada à época da reserva de informática. O país pagou um preço, porque a reserva não gerou "campeões nacionais" e ainda deixou os usuários atrasados em relação à população de outros países.
- e) O processo de urbanização levou à transferir atividades dos setores de subsistência, de baixo valor de mercado, para atividades mais modernas, que envolvem mais capital e mais tecnologia. Mas isso ocorreu sem novos requisitos à novas estratégias educacionais.

**10.** A concordância está de acordo com a Gramática Normativa em:

- a) Bastantes pessoas faltaram na votação;
- b) Segue anexo aos livros a carta;
- c) Daqui até o meu local de trabalho é dez quilômetros;
- d) Vossa Excelência foste homenageada por vossos colaboradores?
- e) Não se puniu os culpados pelos crimes cometidos.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**

Marcos Girão

**11.** Com base na LODERJ, marque a alternativa incorreta.

- a) O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro exerce com autonomia a função jurisdicional e tem as garantias de independência administrativa e financeira observadas a Constituição da República, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e as leis.
- b) Todas as decisões judiciais e administrativas dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro serão motivadas e os julgamentos públicos, ressalvadas as exceções previstas na Constituição da República.
- c) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de 180 (cento e oitenta) Desembargadores.
- d) Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o Juiz far-se-á presente no local do litígio.
- e) O Tribunal de Justiça manterá a Justiça Itinerante, incumbida de prestações jurisdicionais a serem definidas por ato normativo do Tribunal de Justiça.

**12.** As Comarcas são de Entrância Comum e de Entrância Especial, esta constituída das Comarcas da Capital, de Belford Roxo, de Cabo Frio, de Campos dos Goytacazes, de Duque de Caxias, de-----, de-----, de-----, de Niterói, de Nova Friburgo, de Nova Iguaçu-Mesquita, de Petrópolis, de São João de Meriti, de São Gonçalo, de Teresópolis e de Volta Redonda.

Segundo o texto da LODERJ, marque a alternativa que completa corretamente a lacuna acima:

- a) Itatiaia, Japeri, Laje de Muriaé.
- b) Paraíba do Sul, Paraty, Paty do Alferes.
- c) Itaboraí, Macaé, Maricá.
- d) São Sebastião do Alto, Sapucaia, Saquarema.
- e) Três Rios-Areal-Levy Gasparian, Valença e Vassouras.

**13.** Analise as assertivas abaixo sobre a carreira, segundo normas da Lei estadual n.º 4.620/2005:

- I. As carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária constituem-se dos cargos de provimento efetivo, com a mesma denominação, cuja estrutura é dividida em classes e padrões, em áreas distintas de atividade.
- II. É serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo e em comissão, criado por lei e remunerado pelo erário estadual.
- III. O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de setenta e cinco por cento, preferencialmente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro..
- IV. A chefia de serventia judicial de primeira instância é função de confiança de livre indicação do magistrado titular, dentre os ocupantes de cargo de Analista Judiciário ou Técnico de Atividade Judiciária, sem especialidade, comprovadamente capacitados para a função e que não tenham desabonadoras em sua folha funcional, na forma de Resolução a ser estabelecida pelo Conselho da Magistratura.

Marque a alternativa que traz os itens corretos.

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I e III.

## **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

Antônio Daud

**14.** À luz do Estatuto dos servidores públicos civis do Estado do Rio de Janeiro, julgue as assertivas abaixo, assinalando a correta:

- a) O funcionário estável não poderá ser transferido da administração direta para a autárquica e reciprocamente, ou de um para outro Quadro de mesma entidade, ainda que para cargo de retribuição equivalente.
- b) O funcionário estável que se encontrar fisicamente incapacitado para o pleno exercício do cargo poderá ser ajustado em outro de vencimento equivalente, ainda que incompatível com suas aptidões e qualificações profissionais.
- c) Reintegrado o funcionário, o anteriormente ocupante do cargo será exonerado ou reconduzido ao cargo anterior, sem direito a qualquer resarcimento, se não estável; caso contrário, será ele provido em vaga existente ou permanecerá como excedente até a ocorrência da vaga.
- d) A investidura em cargo em comissão ocorrerá com a nomeação, da qual se lavrará termo incluindo o compromisso de fiel cumprimento dos deveres da função pública.
- e) O afastamento para o exterior, exceto em gozo de férias ou licença, dependerá, salvo delegação de competência, de prévia autorização do Chefe da repartição.

## **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

Tiago Zanolla

**15.** Acerca do que dispõe o Regimento Interno do TJ-RJ, a indicação para o Tribunal Regional Eleitoral será efetuada mediante

- a) Eleição direta pelo Plenário
- b) Eleição direta pelo Órgão Especial
- c) Lista sêxtupla
- d) Lista tríplice
- e) Indicação direta do Presidente do Tribunal

**16.** O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é composto por

- a) Juízes, Membros do Ministério Público e de Advogados
- b) Juízes e Promotores
- c) Juízes, membros do Ministério Público, Advogados e Defensores Públicos
- d) Juízes e Advogados
- e) Desembargadores

**17.** Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, a proposta de emenda à Constituição Estadual sobre matéria pertinente ao Poder Judiciário é competência do

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Presidente do Tribunal
- d) Conselho da Magistratura
- e) Deputados Estaduais

**18.** Maciflanque solicitou certidão no TJ-RJ. Acerca do dispõe o Código de Normas do TJ-RJ, a certidão a Maciflanque

- a) Será fornecida em até 8 dias
- b) Será fornecida em até 7 dias
- c) Será fornecida em até 5 dias
- d) Será fornecida em até 3 dias
- e) Será fornecida em até 1 dia

**DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Lilian Novakoski

- 19.** Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e Lei nº 10.048/2000 (Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência) e Lei 10.098/2000 (Lei de Acessibilidade) assinale a alternativa incorrecta:
- a) A lei de acessibilidade conceitua como barreiras qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança.
  - b) As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato aos deficientes, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.
  - c) Os teatros, escolas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante.
  - d) É possível a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, desde que devidamente fundamentado sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual ou impossibilidade de disponibilizar em tal formato.
  - e) A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

Antônio Daud

- 20.** Segundo as disposições contidas na Lei 8.429/1992, trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:
- a) agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
  - b) transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere.
  - c) frustrar a licitude de procedimento licitatório.
  - d) liberar verba pública inobservando as normas aplicáveis, em detrimento, portanto, do princípio da legalidade.
  - e) conceder benefício administrativo sem a observância das formalidades legais.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Antônio Daud

- 21.** Em relação às entidades da Administração Indireta e aos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:
- a) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, constituindo-se nas mesmas exigências para a alienação do controle de subsidiárias e controladas.
  - b) para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista é necessária autorização específica do Congresso Nacional.
  - c) a autorização legislativa não é necessária no caso de venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
  - d) no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, não há necessidade de autorização legislativa ou processo licitatório para alienação das empresas-matrizes.
  - e) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como do controle de suas subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa e licitação.

**22.** Givanildo, aluno de determinada escola pública do estado de Minas Gerais, rotineiramente pratica atos contrários às normas de boa convivência e ao regimento interno da instituição de ensino. Após regular processo administrativo, em que foram respeitados o contraditório e a ampla defesa, lhe fora aplicada a pena de suspensão. Nesse caso, a pena aplicada a Givanildo decorre do poder:

- a) hierárquico, uma vez que Givanildo deve respeitar a hierarquia da escola, que possui como superior máximo o(a) diretor(a).
- b) regulamentar, uma vez que Givanildo deve respeitar os regulamentos da escola, devendo a pena ser aplicada pelo(a) diretor(a).
- c) de polícia, uma vez que o(a) diretor(a) pode restringir os direitos individuais de Givanildo em benefício de toda a coletividade de alunos da escola.
- d) disciplinar, ao qual Givanildo está sujeito, visto que cabe à Administração Pública apurar infrações e aplicar penalidades às pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- e) hierárquico, devendo a pena ser aplicada pelo(a) professor(a), cabendo eventual recurso ao vice-diretor(a) e em última instância ao diretor(a).

**23.** Durante visita a um restaurante, um fiscal da vigilância sanitária do município encontrou diversos alimentos com prazo de validade vencido e acondicionados de maneira inadequada, tornando-os impróprios para o consumo. Assim, o fiscal promoveu a apreensão e a inutilização destes produtos. Tal medida só foi possível em razão de o ato administrativo praticado possuir o atributo da:

- a) autoexecutoriedade.
- b) imperatividade.
- c) presunção de legitimidade.
- d) tipicidade.
- e) eficácia.

**24.** De acordo com a Lei 8.666/1993, a licitação é dispensável nas seguintes situações, EXCETO:

- a) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
  - b) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
  - c) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
  - d) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
  - e) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- 25.** Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:
- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
  - b) Em regra, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes causadores de danos, a não ser nos casos expressamente declarados em lei.

- c) O Estado responde civilmente por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício, ainda que não tenha violado seu dever de agir na concessão da licença ou na fiscalização com as devidas as cautelas legais.
- d) A responsabilidade do Estado por dano decorrente de obra pública, considerando-se só o fato da obra, será subjetiva.
- e) A Constituição Federal adota a teoria da responsabilidade objetiva do Estado na modalidade risco integral.

**26.** De acordo com a Lei 5.427/2009, que estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, são direitos do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- a) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos e obter cópias de documentos nele contidos.
- b) fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado.
- c) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- d) ter vista dos autos, obter cópias de documentos nele contidos, vedada a cobrança pelos custos da reprodução.
- e) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

**27.** No que se refere ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O controle administrativo é aquele realizado pelos Poderes sobre suas próprias atividades, sendo um controle de legalidade e de mérito.
- b) O controle legislativo é aquele exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração Pública, alcançando também o Poder Judiciário quando este exerce função administrativa.
- c) O controle judicial é, em regra, um controle *a posteriori*, exercido privativamente pelos órgãos do Poder Judiciário, sendo lhes vedado pronunciar sobre o mérito administrativo.

d) A ação direta de inconstitucionalidade é um dos meios de controle judicial, sendo de competência originária do Supremo Tribunal Federal, o qual, atingido o quórum legal, poderá modular os efeitos da decisão por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social.

e) No controle administrativo, a Administração Pública pode anular o ato legal que seja inconveniente, ineficiente e inoportuno, bem como revogar atos ilegais.

**28.** Considerando o regramento contido na Lei Geral de Licitações e Contratos, poderá ser exigida, a critério da autoridade competente, garantia de execução contratual

- a) a qual será liberada ou restituída antes do início da execução do contrato.
- b) cuja modalidade será escolhida pela autoridade competente em matéria de licitação e contratos.
- c) cuja substituição não pode se dar mediante alteração unilateral.
- d) apenas nos contratos de obras públicas.
- e) desde que não exceda a quinze por cento do valor do contrato.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

**29.** Acerca dos Princípios fundamentais, assinale a alternativa correta:

Os princípios constitucionais podem ser positivados ou não positivados. Constitui princípio constitucional não positivado:

- a) o estado democrático de direito.
- b) o federalismo.
- c) o devido processo legal.
- d) a razoabilidade.
- e) o republicano.

**30.** Em relação aos direitos e garantias individuais, assinale a opção correta.

- a) O exercício do direito de reunião em local aberto ao público depende de autorização da autoridade competente.
- b) A inviolabilidade do domicílio não estorva a entrada da autoridade policial, durante a noite, em caso de flagrante delito.
- c) As provas adquiridas de forma ilícita podem ser convalidadas, desde que se permita o contraditório em relação ao seu conteúdo.
- d) De acordo com a CF é vedada a pena de morte, em qualquer circunstância.
- e) O *habeas data* é o instrumento adequado à garantia do direito à liberdade de locomoção.

**31.** Assinale a opção correta a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos.

- a) Em razão do caráter absoluto do princípio da isonomia, não se admite o estabelecimento de distinções relativas ao acesso em determinadas carreiras, como por exemplo o estabelecimento de limite de idade.
- b) O dano moral, que atinge a esfera íntima da vítima, agredindo seus valores, não recai sobre pessoa jurídica.
- c) A CF assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares privadas quanto às públicas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.
- d) A vedação ao anonimato impede o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional.
- e) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente, mas não no contencioso administrativo.

**32.** Acerca da estrutura, organização e competência dos entes federados, assinale a opção correta:

- a) Compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- b) São bens da União todas as ilhas fluviais e lacustres, inclusive aquelas localizadas em zonas limítrofes com outros países.
- c) É competência privativa da União combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- d) No exercício de competência concorrente, na inexistência de federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa residual para atender às suas peculiaridades.
- e) Do ponto de vista político-administrativo, os estados federados são subordinados à União.

**33.** A despeito do Poder Legislativo, assinale a opção incorreta:

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- b) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados elaborar seu regimento interno;
- e) Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre sua organização e funcionamento.

**34.** É competência privativa do Presidente da República:

- a) referendar tratados, convenções e atos internacionais.
- b) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o Advogado Geral da União, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;
- c) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;
- d) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;
- e) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

**35.** Acerca das disposições gerais do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- b) O Estatuto da Magistratura, lei complementar de iniciativa privativa do STF, pode prever a delegação de competência a servidores para a prática de atos de administração e de mero expediente, desde que tais atos não possuam caráter decisório.
- c) Um terço das vagas nos tribunais de justiça é reservado a advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira.

d) Os tribunais superiores e o Conselho Nacional de Justiça têm sede na capital federal e jurisdição em todo o território nacional.

e) Aos juízes, ainda que em disponibilidade, é vedado o exercício de qualquer outro cargo ou função pública.

**36.** Sobre o Direito da Nacionalidade, assinale a alternativa correta:

Antônio é brasileiro naturalizado e foi morar na Itália, onde se casou com Bianca, uma Canadense. Quando Bianca estava a serviço de seu país na Argentina, nasceu Carlos, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no canadense. Aos vinte anos de idade, Carlos veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Carlos

- a) é argentino e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é brasileiro nato.
- c) é brasileiro naturalizado.
- d) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- e) é argentino, brasileiro e canadense, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Ricardo Torques**

**37.** O Código de Processo Civil apresenta diversas disposições versando sobre a competência para processamento e julgamento das ações cíveis. Sobre o tema, é correto que:

- a) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante.
- b) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro da vara cível que declarou a sua incapacidade, sendo distribuída por prevenção.
- c) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- d) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- e) Se o autor da herança não possuía domicílio certo, será competente o foro de situação dos bens imóveis, cujo juízo tem competência absoluta e exclusiva.

**38.** A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) Não são devidos honorários advocatícios na execução não resistida.
- b) Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor do salário mínimo.
- c) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

d) Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários tendo por base o salário mínimo nacionalmente unificado.

e) Nos casos de perda do objeto, os honorários serão proporcionalmente distribuídos entre as partes.

**39.** A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Quando a alegação de insuficiência for formulada por pessoa natural, esta gozará de presunção de veracidade.
- b) Não será admitida a concessão de gratuidade da justiça ao requerente que estiver assistido por advogado particular.
- c) O pedido de gratuidade deverá ser formulado na primeira manifestação da parte na instância sob pena de preclusão.
- d) O direito à gratuidade abrange todo o polo da ação, englobando eventuais litisconsortes ou sucessores.
- e) Ainda que concedida a gratuidade da justiça em recurso, o recorrente deverá comprovar o recolhimento do preparo e do porte de remessa e retorno.

**40.** O advogado não será admitido, em regra, a postular em juízo sem procuração. Sobre a atividade postulatória e o instrumento de mandato, assinale a alternativa correta:

- a) ainda que habilitada legalmente, a parte não poderá postular em causa própria, devendo valer-se de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) o advogado poderá postular em juízo sem procuração para evitar preclusão, decadência, prescrição ou para praticar ato considerado urgente.

c) caso poste em juízo sem procuração, o advogado deverá apresentar o instrumento no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias.

d) a procuração geral para o foro permite que o representante da parte assine declaração de hipossuficiência econômica, independentemente de cláusula específica.

e) a parte deverá renovar a procuração a cada fase do processo.

**41.** As causas de impedimento e de suspeição buscam conferir imparcialidade ao magistrado. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) A depender do caso concreto, é admitida a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.

b) Ao declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, o magistrado é dispensado de declarar suas razões.

c) Considera-se legítima a alegação de suspeição quando a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.

d) As causas de impedimento e suspeição são aplicáveis aos membros do Ministério Público, mas não atingem os auxiliares da justiça.

e) O impedimento ou suspeição podem ser suscitados a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

**42.** O depositário e o administrador são responsáveis pela guarda e conservação de bens penhorados, arrestados, sequestrados ou arrecadados. De acordo com o Código de Processo Civil:

a) O depositário ou o administrador, por exercerem um múnus público, não serão remunerados pela execução do encargo.

b) É vedada a nomeação de prepostos para auxiliar na execução do encargo.

c) O depositário ou administrador responderá pelos prejuízos que causar à parte por dolo ou fraude.

d) Para a fixação da remuneração, o juiz deverá considerar a situação dos bens, o tempo do serviço e as dificuldades para a sua execução.

e) O depositário infiel responde civilmente pelos prejuízos causados, sem prejuízo de sua responsabilidade penal, inclusive sua prisão, e da imposição de sanção por ato atentatório à dignidade da justiça.

**43.** Instalada a audiência de instrução e julgamento, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem. Sobre os demais atos praticados na audiência, pode-se afirmar:

a) a audiência é una e contínua e só poderá ser cindida quando ausente perito ou testemunha, independentemente de concordância das partes.

b) encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz poderá proferir a sentença em audiência ou no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

c) os advogados do autor, do réu e o membro do Ministério Público gozarão de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por igual período, para apresentarem suas considerações em debate oral.

d) quando autorizadas pelo magistrado, as partes poderão gravar a audiência.

e) as provas orais serão produzidas na audiência seguindo ordem preferencial estabelecida pelo Código de Processo Civil.

**44.** O depoimento pessoal é uma espécie probatória requerida para que a parte seja interrogada na audiência de instrução e julgamento. Nesse caso:

- a) O depoimento pessoal não pode ser ordenado de ofício pelo magistrado.
- b) Em nenhuma hipótese poderá ser atribuída a confissão à parte em respeito ao seu direito de não produzir prova contra si mesma.
- c) Quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, apreciando as demais circunstâncias e os elementos de prova, declarará, na sentença, se houve recusa de depor.
- d) Em respeito ao contraditório, é permitido a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.
- e) A parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo valer-se de escritos anteriormente preparados e breves notas que objetivem completar esclarecimentos.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

**45.** Foi instaurado inquérito policial para apurar suposta prática do crime de furto qualificado pelo arrombamento (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa), praticado em desfavor da Caixa Econômica Federal, sendo este um crime de competência da Justiça Federal. No curso do inquérito, o delegado da polícia federal representou ao Juiz pela decretação da prisão preventiva, para a garantia da ordem pública, tendo sido a prisão decretada e cumprido o respectivo mandado de prisão.

Nesse caso, o inquérito policial deverá ser concluído em:

- a) 15 dias, a contar da efetivação da prisão
- b) 15 dias, a contar da decretação da prisão
- c) 15 dias, a contar da instauração do inquérito policial

- d) 10 dias, a contar da efetivação da prisão
- e) 10 dias, a contar da decretação da prisão

**46.** Teresa foi denunciada pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de estelionato. No curso do processo, entrou em vigor nova lei processual penal, mais gravosa, alterando diversos dispositivos do CPP.

Nesse caso:

- a) a nova lei processual penal terá aplicação imediata, inclusive ao processo em que Teresa é ré, mas não prejudicará a validade dos atos processuais já realizados
- b) a nova lei processual penal terá aplicação imediata, inclusive ao processo em que Teresa é ré, de forma que os atos processuais já realizados devem ser renovados
- c) a nova lei processual penal terá aplicação imediata, inclusive ao processo em que Teresa é ré, mas somente a partir da fase recursal
- d) a nova lei processual penal terá aplicação imediata, mas somente aos processos futuros, não afetando o processo em que Teresa é ré
- e) a nova lei processual penal terá aplicação somente aos fatos criminosos praticados após sua vigência

**47.** Sobre a ação penal privada subsidiária da pública, assinale a alternativa correta:

- a) cabível em caso de arquivamento do inquérito policial
- b) em caso de negligência do querelante, haverá perempção
- c) o MP poderá aditar a denúncia, inclusive em relação a aspectos essenciais
- d) deverá ser ajuizada no prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria
- e) apesar de prevista no CPP, a ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionada pela Constituição Federal

**48.** Jonas foi denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro pela suposta prática do crime de corrupção ativa. Ao tentar diligenciar no endereço indicado na inicial, o Oficial de Justiça certifica que Jonas não mais reside no endereço indicado, estando atualmente asilado na embaixada do Irã, localizada em Brasília-DF.

Nesse caso, Jonas deverá ser citado:

- a) pessoalmente, por mandado
- b) por carta rogatória
- c) por carta precatória
- d) por carta com aviso de recebimento
- e) por edital

**49.** Analise as hipóteses a seguir:

I – Tiago praticou crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Nesse caso, será cabível a suspensão condicional do processo, mas não a transação penal.

II – A sentença homologatória do acordo de transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridos os termos do acordo, retoma-se a persecução penal

III – O acordo de composição civil dos danos, devidamente homologado por sentença, gera extinção da punibilidade.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III
- b) III
- c) II e III
- d) II
- e) I e II

**50.** No procedimento comum pelo rito ordinário, ao final da instrução o Juiz passará à fase das alegações finais, que serão:

- a) necessariamente orais
- b) necessariamente escritas

c) em regra, escritas, mas poderá o Juiz determinar sua apresentação de forma oral em audiência

d) em regra, orais, em audiência, mas poderá o Juiz, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, determinar a apresentação por escrito, no prazo sucessivo de 05 dias

e) em regra, orais, em audiência, mas poderá o Juiz, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, determinar a apresentação por escrito, no prazo sucessivo de 10 dias

**51.** Em determinado processo que tramita pelo rito do Júri, Rodrigo foi denunciado pela prática do crime de homicídio doloso consumado qualificado pelo motivo fútil. Ao final da instrução preliminar o Juiz pronunciou Rodrigo pela prática do crime imputado, mas afastou a qualificadora do motivo fútil, tendo havido pronúncia por homicídio doloso consumado em sua forma simples.

Nesse caso:

- a) trata-se de decisão irrecorrível
- b) somente a defesa poderá recorrer, por meio de apelação
- c) tanto a defesa quanto o MP poderão recorrer, por meio de apelação
- d) tanto a defesa quanto o MP poderão recorrer, por meio de recurso em sentido estrito
- e) somente a defesa poderá recorrer, por meio de recurso em sentido estrito

**52.** Paulo foi preso em flagrante por policiais militares no momento em que subtraía cabos de cobre da rede de fornecimento de energia elétrica, tendo sido conduzido à presença da autoridade policial.

Nesse caso:

- a) deverá o delegado comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra ao Juiz competente e à defensoria pública
- b) o delegado deverá remeter cópia do auto de prisão em flagrante ao Juiz competente, em até 48h
- c) em 24h o delegado deverá remeter o auto de prisão em flagrante ao Juiz competente e, caso o preso não indique advogado, cópia para a defensoria pública
- d) a ausência de testemunhas da infração obstará a lavratura do auto de prisão em flagrante
- e) a nota de culpa deverá ser entregue ao preso em até 72h, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas

## LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

**53.** Deoclécio expediu documento convocando magistrados e servidores para participarem de atividades administrativas. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o ato expedido é denominado

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Convocação
- e) Ato reservado

**54.** Miquerinos precisava dar ciência aos magistrados de decisões judiciais que tramitam em segredo de justiça. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o ato expedido é denominado

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso

- d) Ordem de Serviço
- e) Ato reservado

**55.** Ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, os livros serão formados por

- a) 100 folhas.
- b) 150 folhas.
- c) 250 folhas.
- d) 300 folhas.
- e) 350 folhas.

**56.** Jonas expediu comunicação interna entre agentes da própria administração do Tribunal. Como é denominado o ato expedido?

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

**57.** Pedrolo afirmou a existência de determinado fato que constava em assentamento público. Como é denominado o ato expedido?

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

**58.** Menias é lotado na primeira vara criminal da capital e entre suas atividades, faz lançamentos de conclusão. Menias atua na equipe

- a) Digitação
- b) Processamento
- c) Preparação Administrativa
- d) Lançamento
- e) Assessoria

**59.** Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça e apresentará a seguinte coloração para Procedimentos para Aplicação de Medidas Protetiva

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Azul
- d) Verde
- e) Cinza

**60.** Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a capa de autuação das Ações Cautelares será

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Azul
- d) Verde
- e) Cinza



# Estratégia

## Concursos

## Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-27-09>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*



**Estratégia**  
*Concursos*

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>